



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS MEMBROS DA PONTIFÍCIA
ACADEMIA ECLESIAÍSTICA**

*Sala do Consistório
Sexta-feira, 10 de Junho de 2011*

*Venerado Irmão no Episcopado
Queridos Sacerdotes*

Sinto-me feliz por me encontrar também este ano com a comunidade dos Alunos da Pontifícia Academia Eclesiástica. Saúdo o Presidente, D. Beniamino Stella, e agradeço-lhe as gentis palavras com que interpretou também os vossos sentimentos. Saúdo com afecto todos vós, que vos preparais para desempenhar um particular ministério na Igreja.

A diplomacia pontifícia, como é comumente chamada, conta uma longuíssima tradição e a sua actividade tem contribuído de modo relevante para plasmar, na era moderna, a própria fisionomia das relações diplomáticas entre os Estados. No conceito tradicional, já próprio do mundo antigo, o enviado, o embaixador, é essencialmente aquele que foi investido do cargo de levar de modo influente a palavra do Soberano e, por isso, pode representá-lo e tratar em seu nome. A solenidade do cerimonial, as honras tradicionalmente prestadas à pessoa do enviado, que assumiam características religiosas, são, na realidade, um tributo prestado àquele que representa e à mensagem do qual se torna intérprete. O respeito em relação ao enviado constitui uma das formas mais altas de reconhecimento, da parte de uma autoridade soberana, do direito a existir, num nível de igual dignidade, de sujeitos distintos de si. Por conseguinte, acolher um enviado como interlocutor, receber a sua palavra, significa lançar as bases da possibilidade de uma coexistência pacífica. Trata-se de um papel delicado, que exige, por parte do enviado, a capacidade de pronunciar uma determinada palavra de modo ao mesmo tempo fiel, o mais possível respeitadora da sensibilidade e da opinião do próximo, e eficaz. Consiste nisto a verdadeira habilidade do diplomata e não, como por vezes erradamente se pensa, na astúcia ou

naqueles comportamentos que significam ao contrário degenerações da prática diplomática. Lealdade, coerência e humanidade profunda são as virtudes fundamentais de qualquer enviado, o qual está chamado a pôr não só o seu trabalho e as suas qualidades, mas, de certa forma, toda a pessoa ao serviço de uma palavra que não é a sua.

As rápidas transformações da nossa época deram de modo profundo nova forma à figura e ao papel dos representantes diplomáticos; a sua missão permanece contudo essencialmente a mesma: ser o intermediário de uma comunicação correcta entre aqueles que exercem a função do governo e, por conseguinte, instrumento de construção da comunhão possível entre os povos e da consolidação entre eles de relações pacíficas e solidárias.

Como se situam, em tudo isto, a pessoa e a acção do diplomata da Santa Sé que, obviamente, apresenta aspectos totalmente específicos? Ele, em primeiro lugar — como foi várias vezes ressaltado — é um sacerdote, um bispo, um homem que já escolheu viver ao serviço de uma Palavra que não é a sua. De facto, ele é um servo da Palavra de Deus, foi investido, como cada sacerdote, de uma missão que não pode ser desempenhada a meio tempo, mas que exige que ele seja, com toda a sua vida, uma ressonância da mensagem que lhe está confiada, a do Evangelho. E é precisamente com base nesta identidade sacerdotal, bem clara e vivida de modo profundo, que se insere, com certa naturalidade, a tarefa específica de se fazer portador da palavra do Papa, do horizonte universal do seu ministério e da sua caridade pastoral, em relação às Igrejas particulares e às instituições nas quais é legitimamente exercida a soberania no âmbito estatal ou das organizações internacionais.

No desempenho de tal missão, o diplomata da Santa Sé está chamado a fazer frutificar todos os seus dotes humanos e sobrenaturais. Compreende-se bem como, no exercício de um ministério tão delicado, a cura para a própria vida espiritual, a prática das virtudes humanas e a formação de uma sólida cultura caminhem a par e passo e se apoiem reciprocamente. São dimensões que permitem manter um profundo equilíbrio interior, num trabalho que exige, entre outras coisas, capacidade de abertura ao próximo, imparcialidade de juízo, distância crítica das opiniões pessoais, sacrifício, paciência, constância e por vezes também determinação no diálogo em relação a todos. Por outro lado, o serviço à pessoa do Sucessor de Pedro, que Cristo constituiu como princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade da fé e da comunhão (cf. Conc. Vat. I, *Pastor Aeternus*, Denz. 1821 (3051); Cons. Vat. II, *Lumen gentium*, 18), consente viver em referência constante e profunda com a catolicidade da Igreja. E onde há abertura à objectividade da catolicidade, ali também se encontra o princípio de autêntica personalização: a vida empregue ao serviço do Papa e da comunhão eclesial é, sob este perfil, extremamente enriquecedora.

Queridos Alunos da [Pontifícia Academia Eclesiástica](#), ao partilhar convosco estes pensamentos exorto-vos a comprometer-vos profundamente no caminho da vossa formação; e, neste momento, penso com particular reconhecimento nos Núncios, Delegados Apostólicos, Observadores Permanentes e em todos aqueles que prestam serviço nas Representações Pontifícias

espalhadas pelo mundo. De bom grado vos concedo, assim como ao Presidente, aos seus colaboradores e à comunidade das Irmãs Franciscanas Missionárias do Menino Jesus, a Bênção Apostólica.